

Educação pós-pandemia de Covid-19

Education after the Covid-19 pandemic

La educación después de la pandemia del Covid-19

Recebido: 28/02/2023 | Revisado: 14/03/2023 | Aceitado: 15/03/2023 | Publicado: 20/03/2023

Jane Alves Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8089-4814>

CEPMG Dr. José Feliciano Ferreira, Brasil

E-mail: jacb5000@gmail.com

Resumo

A pandemia de Covid-19 trouxe inúmeros desafios para a educação à nível global. A grande quantidade de mudanças exigiu que professores, escolas, alunos e famílias se adaptassem rapidamente, mudando a forma de aprender e ensinar mesmo após o período pandêmico. Este trabalho teve como objetivo discutir alguns fatores relacionados à educação após a crise da pandemia de Covid-19. A metodologia utilizada trata-se de uma revisão sistemática da literatura. A partir dos achados, observou-se que a tecnologia veio de uma forma permanente, ou seja, mesmo após a pandemia ferramentas como google meet, entre outras, passarão a ser utilizadas de forma contínua. Professores e alunos passaram a usar tecnologia com maior frequência, se familiarizando cada vez com diferentes tipos de ferramentas. Contudo, é necessário levantar um alerta para que o ensino pós-pandêmico mantenha algumas características fundamentais, como por exemplo, considerar o aluno como protagonista no seu próprio desenvolvimento, fazendo com que este possa aprender a lidar melhor com essas ferramentas de uma forma autônoma, sendo o professor responsável por guiá-lo em seu percurso.

Palavras-chave: Aprendizagem cooperativa; Ensino virtual; Educação à distância.

Abstract

The Covid-19 pandemic has brought numerous challenges to education globally. The large amount of changes required teachers, schools, students and families to adapt quickly, changing the way of learning and teaching even after the pandemic period. This work aimed to discuss some factors related to education after the Covid-19 pandemic crisis. The methodology used is a systematic review of the literature. From the findings, it was observed that technology came in a permanent way, that is, even after the pandemic, tools such as google meet, among others, will be used continuously. Teachers and students began to use technology more frequently, becoming increasingly familiar with different types of tools. However, it is necessary to raise an alert so that post-pandemic teaching maintains some fundamental characteristics, such as, for example, considering the student as the protagonist in their own development, so that they can learn to better deal with these tools in an autonomous way, being the teacher responsible for guiding him on his path.

Keywords: Cooperative learning; Virtual teaching; Distance education.

Resumen

La pandemia de Covid-19 ha traído numerosos desafíos a la educación a nivel mundial. La gran cantidad de cambios exigió que los docentes, las escuelas, los estudiantes y las familias se adaptaran rápidamente, cambiando la forma de aprender y enseñar incluso después del período de pandemia. Este trabajo tuvo como objetivo discutir algunos factores relacionados con la educación después de la crisis de la pandemia de Covid-19. La metodología utilizada es una revisión sistemática de la literatura. A partir de los hallazgos se observó que la tecnología llegó de manera permanente, es decir, aún después de la pandemia, se seguirán utilizando herramientas como google meet, entre otras. Docentes y estudiantes comenzaron a utilizar la tecnología con mayor frecuencia, familiarizándose cada vez más con diferentes tipos de herramientas. Sin embargo, es necesario alertar para que la docencia pospandemia mantenga algunas características fundamentales, como, por ejemplo, considerar al alumno como protagonista de su propio desarrollo, para que aprenda a manejar mejor estas herramientas en una de manera autónoma, siendo el maestro el encargado de guiarlo en su camino.

Palabras clave: Aprendizaje cooperativo; Enseñanza virtual; Educación a distancia.

1. Introdução

A pandemia global destacou a necessidade de fortalecer a confiança e a colaboração entre regiões e países como fator-chave na busca de respostas coletivas aos desafios globais compartilhados. Além disso, está ficando cada vez mais claro que as

respostas sustentáveis que melhoram o bem-estar dos indivíduos e das sociedades não podem ser baseadas em visões isolacionistas que rejeitam o compartilhamento de conhecimento entre comunidades científicas. Essas comunidades não conhecem limites nem fronteiras, pois produzem, discutem, validam e, fundamentalmente, democratizam o uso e a apropriação do conhecimento (Arruda, 2020).

A revitalização do multilateralismo pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da colaboração entre os países na medida em que é proativa, proposital e enraizada em uma clara vontade de rever nosso pensamento e ideias para abordar efetivamente o desenvolvimento de uma nova geração de políticas públicas. Um sinal encorajador neste momento é que países e organizações internacionais parecem estar mais abertos a explorar opções de políticas públicas que no passado podem ter sido descartadas ou mesmo estigmatizadas como impensáveis e inadequadas ou adiadas no longo prazo. Felizmente, hoje há menos dogmatismo, mais abertura intelectual e maior empenho em entender a complexidade dos problemas e desafios no processo de debate e implementação de políticas públicas (Martins, 2020).

O objetivo do documento da Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação (doravante, "A Comissão Internacional") é claramente fornecer e divulgar uma série de ideias-chave que consideramos fundamentais para repensar a educação, um esforço global para construir um mundo que ser concebido e estruturado de forma muito diferente do atual. O documento é apropriadamente orientado mais para a visão de panoramas futuros e emergentes para desenvolver políticas baseadas em uma perspectiva transformadora e progressiva do que para a compilação, recapitulação e descrição de acordos normativos internacionais em uma linguagem chamado de "neutro, politicamente correto" (Daniel, 2020).

Logo, destaca-se que a pandemia da Covid-19 impactou drasticamente a educação em todo o mundo. As escolas e universidades foram fechadas para evitar a propagação do vírus, resultando em uma mudança súbita e maciça para a educação remota. A transição para a educação online apresentou vários desafios, incluindo a falta de acesso à tecnologia e à internet para os alunos, a falta de treinamento dos professores em ensino remoto e a dificuldade em manter a motivação dos alunos em um ambiente virtual de aprendizagem. À medida que o mundo se recupera da pandemia, é importante considerar como a educação pode evoluir para atender às necessidades dos alunos e educadores em um mundo pós-pandemia.

Apesar dos desafios, a educação durante a pandemia criou oportunidades para a inovação e o desenvolvimento de novas formas de ensino e aprendizado. A educação remota permitiu a expansão do acesso à educação para muitos alunos que de outra forma não teriam acesso, como aqueles em áreas rurais ou em países em desenvolvimento. Além disso, a educação remota incentivou o desenvolvimento de habilidades tecnológicas e de comunicação entre alunos e professores.

Este estudo teve como objetivo discutir fatores e características da educação em um mundo pós cenário pandêmico, trazendo à luz questões sobre tecnologia e ensino e desafios que os professores, escolas e alunos enfrentarão, visto que houve um uso crescente e exponencial de tecnologia no campo educacional.

2. Revisão da Literatura

Essa pandemia exacerbou muitos dos desafios de longa data que a humanidade enfrenta. Assim, a desigualdade de oportunidades que divide as pessoas dentro e entre as nações certamente parece estar piorando. As sociedades resilientes que alcançam o máximo potencial humano se baseiam em uma ampla distribuição de capacidades e diversidade de talentos.

A saúde pública e a educação pública estão intimamente interligadas, demonstrando a inegável necessidade de colaboração, solidariedade e ação coletiva para o bem comum. Esta pandemia global não pode ser derrotada apenas por medidas sanitárias, mas será resolvida ao despertar a confiança cívica, aprofundar a empatia humana, avançar a ciência e apreciar nossa humanidade comum. As autoridades educativas devem trabalhar em coordenação com as autoridades de saúde pública. Ambos precisam um do outro e partem do reconhecimento das interdependências que surgem em um espaço público (de Freitas Vieira & da Silva, 2020).

Não se pode permitir que saúde pública e educação pública se choquem, mas nossa atuação deve estar em sintonia com as sinergias e sobreposições entre ambas em torno do bem-estar humano e social, não só de educar crianças e jovens, mas também de educar o público. Além disso, a aprendizagem engajada e liderada pela comunidade é um componente-chave da educação e deve ser central para qualquer estratégia que aborde os desafios presentes e futuros. A educação é particularmente importante para os refugiados, bem como em sociedades marcadas por conflitos armados e conflitos civis. No entanto, em todas as áreas, a educação é o nosso veículo mais valioso para garantir o progresso individual e social (Stein-Zamir *et al.*, 2020).

A pandemia global tornou visível o papel central da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida, pois pessoas de todas as idades devem agora aprender a criar novas formas de (re)organizar a vida social, econômica e política. O fechamento de museus públicos, bibliotecas e centros comunitários nos lembrou o papel essencial e complementar que essas instituições desempenham em relação às escolas, bem como o motivo pelo qual elas também devem ser consideradas parte essencial de uma definição ampla de educação pública (Estelles & Fischman, 2020).

Muitos Estados não conseguem lidar com essa crise de saúde pública sem a ajuda da sociedade em geral, por meio de práticas de autoisolamento, distanciamento, higiene, automonitoramento e cuidado mútuo. O papel da sociedade foi redescoberto. De acordo com Castaman e Rodrigues (2020), o filósofo francês Edgar Morin observou recentemente que, embora tenhamos visto uma deterioração da solidariedade nas últimas décadas, a pandemia e o bloqueio mostraram um novo despertar da solidariedade, com inúmeros exemplos, especialmente em bairros pobres. Isso fica muito claro no caso da educação, pois as comunidades se conscientizam da importância fundamental da educação pública em nossas vidas interdependentes. Percebemos que cada dimensão do bem-estar tem um impacto positivo nas demais. Tanto na educação quanto na saúde pública, o foco deve ser a cooperação, não a competição. Para realmente estarmos seguros, todos devemos estar; isto é, avançamos quando todos os outros avançam.

2.1 Ampliação da definição do direito à educação

A educação é um direito humano fundamental e universal. As sociedades devem fazer o possível para defendê-lo, usando todos os meios necessários. Os Estados, que o direito internacional reconhece como garantes do direito à educação, têm a responsabilidade de facilitar e proporcionar educação, bem como de respeitar e proteger esse direito. Nestes tempos conturbados temos visto como é difícil garantir a disponibilidade de instituições e programas de ensino que funcionem, com níveis aceitáveis de qualidade. Todas as partes devem se comprometer a garantir que quaisquer contratemplos sejam temporários e genuinamente motivados por condições de emergência, e que a situação seja corrigida o mais rápido possível, para que os ganhos das últimas décadas não sejam desfeitos e que a década de 2020 não se torne uma década perdida oportunidades.

Dada a importância de um compromisso público fortalecido com a educação como um bem comum, devemos também considerar o próprio conhecimento um bem comum global. Para isso, não podemos nos limitar a pensar em ampliar e generalizar as formas de acesso ao conhecimento. Também devemos levar cada vez mais em consideração as interseções entre a produção e circulação do conhecimento e o direito à educação, seja como direito à pesquisa ou a importância de tratar com respeito os saberes indígenas e locais. A crise do COVID-19 nos mostrou que o direito à educação deve ser flexível e se adaptar aos diferentes contextos e às necessidades das sociedades em evolução. A necessidade de atualizar e ampliar o direito à educação tornou-se muito evidente (Castaman & Rodrigues, 2020).

O uso do rádio e da televisão para facilitar a continuidade do aprendizado acadêmico dos alunos durante o fechamento das escolas devido ao COVID-19 nos lembra da importância dessas mídias para a educação, cultura e conhecimento geral, especialmente para alunos que não têm acesso a materiais on-line e inteligentes dispositivos. A crise da COVID-19 também

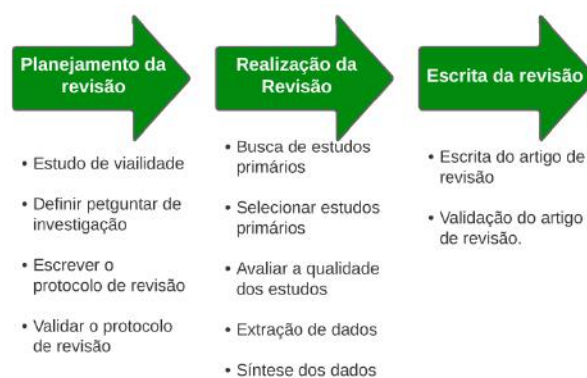
evidenciou a grande importância da conectividade digital e das plataformas online, a ponto de começarmos a considerar os vínculos entre o acesso à informação, que também é um direito fundamental, e o direito à educação que nem sequer estavam previstos uma década atrás.

O uso do rádio e da televisão para facilitar a continuidade do aprendizado acadêmico dos alunos durante o fechamento das escolas devido ao COVID-19 nos lembra da importância dessas mídias para a educação, cultura e conhecimento geral, especialmente para alunos que não têm acesso a materiais on-line e inteligentes dispositivos. A crise da COVID-19 também evidenciou a grande importância da conectividade digital e das plataformas online, a ponto de começarmos a considerar os vínculos entre o acesso à informação, que também é um direito fundamental, e o direito à educação que nem sequer estavam previstos uma década atrás (Liguori & Winkler, 2020).

Para além da tão esperada diversificação das instituições educativas (se alguma coisa nos ensinou a evolução é que a homogeneidade e as culturas únicas resistem pouco a choques e perturbações), assistimos a uma transição para abordagens fluidas da aprendizagem, que a encaram como um processo contínuo em que as escolas e outras instituições de educação formal interagem mais estreitamente com outras experiências educacionais menos formais desde a primeira infância e ao longo da vida. A Rede Global de Cidades de Aprendizagem é um exemplo. Devemos examinar as formas oportunas de ampliar o direito à educação para abranger a fluidez, a capilaridade e os contextos de mudança das sociedades contemporâneas.

3. Metodologia A metodologia utilizada neste estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura. Uma revisão sistemática da literatura é um dos tipos de revisão da literatura que visa resumir todas as informações existentes sobre um fenômeno de maneira imparcial e abrangente. Ao contrário do processo não sistemático, a revisão sistemática é feita de forma formal e meticulosa. Isso significa que devemos seguir o plano definido no protocolo de revisão que, entre outras coisas, estabelece uma sequência bem definida de etapas. Devido a esse rigor, uma das vantagens de uma revisão sistemática da literatura é permitir que outros pesquisadores façam atualizações futuras da revisão, se seguirem o mesmo conjunto de etapas estabelecido no protocolo (Estrela, 2018). A Figura 1 mostra as etapas do processo de revisão utilizado neste estudo.

Figura 1 – Etapas do processo de revisão utilizados neste estudo.

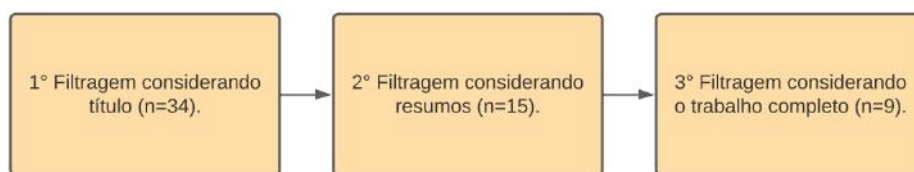


Fonte: Autores.

Além disso destaca-se que este estudo se trata de uma revisão integrativa. A revisão integrativa da literatura é uma metodologia de pesquisa que tem como objetivo integrar, sintetizar e analisar os resultados de diferentes estudos sobre um tema específico. Diferentemente da revisão sistemática, que busca selecionar os estudos mais relevantes e de maior qualidade para responder a uma pergunta específica, a revisão integrativa procura incluir o maior número possível de estudos, independentemente de seu desenho, metodologia ou qualidade (de Carvalho, 2021).

Para este artigo, determinou-se também o uso de artigos publicados a partir de 2019, visto que estes materiais abordam de forma mais profunda aspectos da pandemia de Covid-19, possibilitando assim uma discussão mais bem embasada de acordo com o cenário estudado. Também foram utilizados artigos em língua inglesa, uma vez que a grande parte dos estudos recentes acerca do tema são produzidos e publicados nestes idiomas. Após a aplicação dos filtros, foram selecionados o número de trabalhos apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Número de trabalhos selecionados.



Fonte: Autores.

As bases de buscas foram: SciELO, SCOPUS, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes. Todos os trabalhos utilizados são de acesso livre, ou seja, podem ser acessados à qualquer momento por pesquisadores que desejam aprofundar-se mais a respeito de um determinado assunto.

4. Resultados e Discussão

O primeiro ponto consiste em mostrar a seleção de trabalhos utilizados neste estudo, mostrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação de trabalhos selecionados para compor este artigo.

Autores	Título	Ano	Periódico
Toquero, C. M	Challenges and opportunities for higher education amid the COVID-19 pandemic: The Philippine context	2020	Pedagogical Research
Grandisoli, E., Jacobi, P. R., & Marchini, S.	Pesquisa: Educação, Docência e a COVID-19	2020	Universidade de São Paulo: Cidades Globais
Santos, C. S.	Educação escolar no contexto de pandemia.	2020	Revista Gestão & Tecnologia
Joye, C. R., Moreira, M. M., & Rocha, S. S. D	Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19.	2020	Research, Society and Development
Santana, C. L., & Sales, K. M. B	Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia Covid-19	2020	Educação
Tadesse, S., & Muluye, W.	The impact of COVID-19 pandemic on education system in developing countries: a review.	2020	Open Journal of Social Sciences,
França, E. F., Macedo, M. M., de França, T. R., Cossote, D. F., Gonçalves, L., dos Santos, P. A. C., & Miyake, G. M.	Triagem de saúde para participação nos programas de exercício físico pós-pandemia de COVID-19: uma ação necessária e emergente ao profissional de educação física.	2022	InterAmerican Journal of Medicine and Health
Torres, J. P., & Borges, A. A. P.	Educação especial e a Covid-19: o exercício da docência via atividades remotas.	2020	Retratos da Escola
Pokhrel, S., & Chhetri, R.	A literature review on impact of COVID-19 pandemic on teaching and learning.	2022	Higher education for the future

Fonte: Autores.

Entre outras ideias-chave, o documento da Comissão Internacional defende “tecnologias livres e de código aberto para

professores e alunos”, o que acaba levando a debates inevitáveis e saudáveis sobre as interseções entre educação, política e sociedade. Vejamos alguns desses debates: em primeiro lugar, o relatório reforça um debate sobre o papel fundamental que a tecnologia desempenha, seja na democratização e na igualdade de oportunidades, seja no aprofundamento de lacunas e disparidades. Nenhuma decisão sobre o bem-estar presente e futuro de nossa sociedade pode ignorar a questão da tecnologia, não como algo que controla implacavelmente nossas vidas nos mínimos detalhes, mas como base possível para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Cair na tentação do determinismo ou do fatalismo tecnológico é tão prejudicial ao pensamento e à ação humana quanto descartar ou subestimar o uso da tecnologia como meio poderoso para melhorar a qualidade de vida de indivíduos e comunidades (Toquero, 2020).

Contamos cada vez mais com a tecnologia para guiar nossas vidas diárias, educar nossos filhos e interagir com outras pessoas, mas, ao mesmo tempo, devemos tomar precauções e nos vacinar contra o uso da tecnologia para amplificar informações perigosas e enganosas, incitar a agitação social e deixando as comunidades vulneráveis ainda mais para trás.

Em segundo lugar, Grandisoli, et al., (2020) levantam a questão de qual papel um Estado garantidor deve desempenhar no “desenvolvimento e distribuição de recursos educacionais abertos e plataformas abertas, reconhecendo que muito do que é atualmente fornecido por empresas privadas deve se tornar uma empresa pública”. Não se trata de reduzir as políticas públicas a uma visão estatocêntrica, supostamente monopolizadora dos espaços educativos e do conhecimento, mas de fortalecer o papel do Estado garantidor, responsável por gerar igualdade de oportunidades e resultados para todos os alunos. Isso implica apelar para uma diversidade de propostas enraizadas na sociedade e no compromisso com a educação como um bem comum.

De fato, a ausência ou fragilidade do Estado garante pode privar as populações mais vulneráveis do acesso ao conhecimento, pois, como aponta a Comissão Internacional, dispositivos digitais leves e portáteis libertaram a aprendizagem de estar restrita a locais fixos e pré-determinados, alterando fundamentalmente as formas como o conhecimento circula nas sociedades.

Na mesma linha, Santos (2020) aponta que o uso da tecnologia pelos educadores como um recurso pedagógico que apoia oportunidades e processos de aprendizagem para cada aluno deve se concentrar em políticas de licença aberta e livre acesso que facilitem o uso, reuso, reutilização e adaptação sem custo. Isso significa que o escopo de atuação do Estado garantidor deve incluir a facilitação do acesso das famílias à tríade da conectividade: dispositivos, plataformas e recursos educacionais. Além disso, o sistema educacional deve promover o uso da tecnologia pelos educadores para adequar o currículo e a pedagogia às expectativas e necessidades de cada aluno, ampliando oportunidades, espaços e estratégias de aprendizagem.

Joye, et al., (2020) defendem que os professores tenham agência e responsabilidade em seu papel, que não pode ser delegada, na seleção, produção, uso e divulgação de materiais educacionais de acordo com as necessidades de aprendizagem de cada aluno. A educação implica um processo contínuo e evolutivo de mediação e desenvolvimento por parte do educador, que deve opor-se a “ensinar e aprender a partir de materiais e conteúdos pré-fabricados, pois isso reduz e distorce o trabalho de professores e alunos”.

Se o desenvolvimento de propostas educativas se restringe em grande medida à utilização dos recursos disponíveis, corre-se o risco de limitar a liberdade, a criatividade e a ousadia dos educadores na hora de conceber, debater e compartilhar recursos que complementem os já existentes para fortalecer os processos de ensino, aprendizagem e avaliação de cada aluno. Não se trata de subestimar ou ignorar a ampla gama de recursos educacionais disponíveis em diversas condições e formatos, mas de questionar a ideia de que currículo e pedagogia são função do que já existe sem participação, produção e debate docente e sem colaboração e aprendizagem.

Santana e Sales (2020) adverte que “devemos garantir que qualquer transição digital não seja apenas um esforço impulsionado por empresas de tecnologia, mas que professores, alunos, 16 governos, representantes da sociedade civil e

defensores da privacidade também estejam representados e moldem essas transformações”. Não se trata apenas de pegar os currículos digitais que cada vez mais estão sendo oferecidos no mercado e utilizá-los como estão. Isso implicaria ignorar o fato de que a educação é simultaneamente contexto, cultura e conteúdo, todos os quais devem ser baseados localmente, mas enquadrados pela abertura ao mundo. A esse respeito, a Comissão Internacional afirma que “a educação pública não pode ser definida e controlada por conteúdos e métodos construídos fora do espaço pedagógico e fora das relações humanas entre professores e alunos”.

Tadesse e Muluye (2020) adverto que um dos maiores desafios que os sistemas educacionais enfrentam globalmente é adaptar a instrução virtual por meio de uma transição gradual para modos híbridos de ensino, aprendizagem e avaliação, onde os espaços presenciais e virtuais estão interconectados e são complementares. Não se trata simplesmente de digitalizar o que era feito presencialmente antes da Covid-19 e passar a educação ipso facto para o formato “a distância”. Pelo contrário, o desafio parece residir em alargar os espaços e oportunidades em que os alunos possam aprender de várias formas e em percursos diversos e interligados, apoiados no uso proativo e responsável da tecnologia.

Em suma, as discussões sobre tecnologia e educação a distância desafiam os sistemas educacionais com debates e decisões que podem ter impactos duradouros em sua disposição e capacidade de reinventar a educação do futuro. Em primeiro lugar, isso significaria reconhecer que a educação desempenha um papel fundamental para ajudar a moldar uma visão de mundo social baseada na sustentabilidade, inclusão e bem-estar, que deve ser qualitativamente diferente dos quadros existentes. O reposicionamento da educação como fonte de justiça social, universalismo, humanismo e cosmopolitismo é de extrema importância para a construção de um futuro mais justo e melhor.

Outro ponto refere-se à necessidade de revisar o conteúdo educacional para as novas gerações. França *et al.*, (2022) destacam a relevância de “transmitir conhecimento científico com um propósito forte”, o que coloca na agenda pública a necessidade de rever os fundamentos, objetivos, conteúdos e estratégias que sustentam a educação das novas gerações. Trata-se, em grande parte, de reafirmar as nossas convicções, postas à prova pela pandemia, bem como a nossa determinação e capacidade de transformar a educação para sustentar um futuro melhor. Vamos examinar algumas implicações dessa ideia.

É necessário apontar a conveniência de enquadrar o debate sobre os conteúdos educativos como eixo de qualquer projeto educativo transformador. Dois fóruns internacionais informaram recentemente sobre essa preocupação renovada. No âmbito do ciclo de reflexões organizado pela Fundação Santillana em 2020 sobre a escola do futuro, um dos temas mencionados é a valorização renovada do currículo como compromisso e colaboração com o futuro e com a sociedade, em que o por que, o quê, como, onde e quando ensinar, aprender e avaliar estão interligados.

Torres e Borges (2020) aponta que devemos considerar a educação como um conjunto de partes integradas, evitando a fragmentação e rigidez disciplinar que impedem uma compreensão profunda e informada das questões. Nesse sentido, o documento afirma que a educação deve “priorizar a alfabetização científica para garantir um currículo com fortes objetivos humanísticos, que explore a relação entre fatos e conhecimento e seja capaz de levar os alunos a compreender e se situar em um mundo complexo”. A integração das diversas áreas do conhecimento, especialmente as humanidades e as ciências (com base na ética), é essencial para a formação integral das pessoas. Também ajuda a fortalecer as habilidades relacionadas a entender, assumir uma posição e agir diante dos desafios individuais e coletivos.

Na mesma linha, Pokhrel e Chhetri (2022) alertam para o perigo de que «a restrição da aprendizagem aos fundamentos curriculares que o encerramento das escolas acarreta limite a ampla dimensão humanística da educação, de grande importância para a consolidação da paz, da democracia e da compreensão intercultural”. Sem dúvida, uma perspectiva claramente instrumental e reducionista da aprendizagem, centrada no que se entende como “essencial” e carente de um fundamento ético humanista universal, poderia privar as gerações futuras de quadros de referência para compreender os fundamentos e a capacidade de agir conscientemente e com competência como indivíduos, cidadãos, trabalhadores,

empresários e membros das comunidades.

A tendência mundial emergente de priorizar e destilar objetivos e conteúdos curriculares implica o desafio de alcançar um equilíbrio satisfatório entre as diferentes dimensões do bem-estar e a educação integral do indivíduo. Como observa o relatório, o objetivo é evitar que as dimensões humanísticas da educação sejam "ofuscadas pela ênfase nas habilidades técnicas, na modularidade curricular, na avaliação numérica do progresso e nos referenciais, que são partes naturais da cultura educacional (Joye *et al.*, 2020).

É necessário fortalecer o diálogo entre identidades físicas e virtuais e suas implicações para subsidiar os processos de ensino e aprendizagem e, principalmente, fomentar maior proximidade e confiança entre educadores e alunos. Devemos também reconhecer que o ensino presencial e o virtual apresentam vantagens comparativas complementares no que diz respeito a envolver e apoiar os alunos nos seus próprios processos de aprendizagem, bem como a capacitar os professores na procura de respostas adaptadas às necessidades de cada um deles.

4.1 Geminação da transformação e financiamento da educação

Estelles e Fischman (2020) aponta para o uso justo e eficiente desses recursos, o que significa reafirmar a ideia de que o gasto educacional deve estar vinculado a uma proposta educacional robusta e clara em seus objetivos, conteúdos e trajetórias. O nível de financiamento dedicado à educação pode ser uma boa indicação de que existe uma vontade política de despriorizar investimentos e gastos em educação, mas por si só não indica uma vontade de transformar a educação. Um aumento de recursos não se traduz *ipso facto* na diversificação dos processos educativos e na melhoria dos resultados.

Nessa linha, França *et al.*, (2022) adverte também que o agravamento das vulnerabilidades pode ter um "forte impacto na capacidade das crianças e dos jovens progredirem na sua educação, quer pela desestruturação familiar que acarreta, quer pelo agravamento das lacunas de oportunidades como que diminui a capacidade das famílias de apoiar a educação de seus filhos. Ao mesmo tempo, também é necessário aprofundar como a vulnerabilidade surge de uma confluência de fatores culturais, sociais e educacionais que, mesmo antes da pandemia, expunham as fragilidades conceituais e práticas das políticas sociais voltadas para seu enfrentamento efetivo. O que se destaca aqui é que repensar a educação é repensar as políticas sociais como um todo e vice-versa.

O desafio que os governos enfrentam para resistir à pressão para limitar os gastos futuros com educação. E mesmo que a proporção de gastos públicos destinados à educação não mude, as crises econômicas reduzirão a base geral de recursos públicos. A proteção do investimento e do gasto em educação não deve ser vista como uma questão caprichosa, retórica ou corporativa, mas como uma janela de oportunidade para analisar em profundidade o papel da educação e seus diversos programas na melhoria da qualidade dos serviços prestados, como seus benefícios sociais, culturais e econômicos. Não devemos "congelar" a análise educacional para preservar o status quo. Em vez disso, precisamos perguntar se o que é priorizado, gerenciado e implementado na educação tem efeitos profundos, duradouros e positivos para uma aprendizagem eficaz e sustentável (Tadesse & Muluye, 2020).

Por exemplo, a pandemia global nos mostrou que, em geral, o conteúdo educacional, bem como os métodos de ensino, aprendizagem e avaliação, encapsulados no currículo e na pedagogia, não preparam suficientemente as gerações mais jovens para um mundo de mudanças disruptivas. Congelar o currículo e a pedagogia como "intocáveis" pode acabar consolidando investimentos e gastos que são insatisfatórios para os alunos e para a sociedade como um todo.

Santana e Sales (2020) trazem que o debate sobre quais devem ser nossas prioridades em termos de políticas públicas e como envolver a sociedade em sua legitimação e sustentação. De facto, a Comissão Internacional afirma que "sem a necessária reestruturação da dívida e o apoio de novos financiamentos, corre-se o risco de os países serem arrastados para o precipício, ao ponto de terem de escolher entre o financiamento de serviços essenciais à manter a vida social e econômica e o

serviço dessas dívidas como serviços de qualidade.

Castaman e Rodrigues (2020) advertem que corremos o risco de perder “ganhos importantes na expansão educacional e nos esforços para alcançar a equidade educacional”. Sem dúvida, é preciso determinação para manter o investimento e o gasto em educação pelo menos nos níveis pré-pandêmicos, mas é preciso um esforço igualmente significativo para rever os recursos destinados a programas que não estão gerando maior inclusão e equidade e que existem em grande parte por questões burocráticas, inércia e inflexibilidade.

Além disso, como muitos países estão ajustando suas prioridades de política pública para desenvolver uma abordagem mais eficaz e holística para a política social, as agências internacionais de crédito também devem se aprofundar na questão de como melhorar a qualidade e a relevância da assistência aos países e, ao mesmo tempo, tempo. Os custos de transação e operação dos projetos são reduzidos, assim como o ônus do serviço da dívida é aliviado. Na mesma linha, a Comissão Internacional apela a "reforçar a eficiência e a responsabilidade das organizações internacionais de educação para que possam continuar a agregar valor aos esforços nacionais para promover a educação para todos os que são relevantes em um mundo em mudança". O financiamento da educação é essencial para transformar a agenda educativa tanto a nível internacional como nacional, não só para contrariar os efeitos mais perversos e regressivos da pandemia, mas também para promover um repensar dos objetivos, conteúdos e estratégias da educação na sua multidimensionalidade enquanto política cultural, cívica, social, econômica e comunitária, de forma a construir a sustentabilidade num mundo pós-pandemia.

5. Conclusão

Durante o ano de 2020, os sistemas educativos reagiram de imediato ao choque do encerramento geral das escolas (educação online, entrega de material impresso ou com programas de rádio ou TV). Mas as respostas que foram dadas à emergência esbarraram nos limites das capacidades institucionais existentes. Nesse contexto, as tarefas dos governos tornam-se cada vez mais complexas. Além disso, as decisões do setor são altamente sensíveis, com potencial impacto em grande parte da população.

Como toda crise, esta é aquela que, junto com seus riscos, vem acompanhada de uma enorme oportunidade não só de reverter perdas educacionais, mas também de dar um salto tão esperado. Com efeito, ao longo destes quase três anos, a pandemia obrigou a todos – desde alunos e pais a autoridades educativas, sobretudo professores – a recorrer a inúmeros recursos educativos que lá estavam, mas não estavam a ser utilizados de forma significativa. É assim que, "à força" - graças à pandemia - os países aprenderam a usar ferramentas que não só serão úteis durante a emergência, mas no futuro, à medida que a pandemia diminuir, devem se tornar instrumentos cotidianos de uma nova prática educacional.

As aulas deixaram de ser apenas presenciais, mas combinarão o presencial e diversas formas de ensino à distância em diferentes proporções. Isso abre portas para interações muito variadas: os professores poderão usar diferentes tipos de plataformas e mídias para ampliar ou aprofundar diferentes tópicos; Os alunos não aprenderão mais apenas com seu professor de sala de aula, mas poderão interagir com muitos outros professores, poderão aproveitar uma infinidade de recursos educacionais ou informativos e, algo particularmente poderoso, poderão interagir e trabalhar coletivamente com seus pares, com alunos de outros centros educacionais, de outras áreas e até de outros países.

Se forem tomadas as decisões certas, pode haver acesso abundante a recursos audiovisuais – como as aulas e vídeos que foram gravados para televisão ou para circulação online em muitos países durante a pandemia – ou aplicativos de aprendizado disponíveis para acesso de computadores, de *tablets* ou telefones celulares. Mais uma vez, equipamentos e conectividade são desafios que não podem ser ignorados.

O maior esforço está na concepção e produção de novos recursos educacionais e, sobretudo, na compreensão de que esses recursos constituem o que se conhece como bens públicos globais. São bens que podem exigir um investimento inicial

significativo para produzir – um grande custo fixo – mas, uma vez que esses recursos existam, o custo marginal de mais um aluno ou mais um professor ter acesso a eles é irrisório, então deveriam ser recursos praticamente gratuitos

Referências

- Arruda, E. P. (2020). Educação, educação a distância e tecnologias digitais: perspectivas para a educação pós-Covid-19. *Pensar a Educação em Revista, EAD no Brasil: atualidades e perspectivas*. Ano, 6.
- Castaman, A. S., & Rodrigues, R. A. (2020). Educação a Distância na crise COVID-19: um relato de experiência. *Research, Society and Development*, 9(6), e180963699-e180963699.
- Daniel, S. J. (2020). Education and the COVID-19 pandemic. *Prospects*, 49(1), 91-96.
- De Carvalho, M. C. M. (2021). *Construindo o saber: metodologia científica-fundamentos e técnicas*. Papirus Editora.
- de Freitas Vieira, M., & da Silva, C. M. S. (2020). A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, 28, 1013-1031.
- Estelles, M., & Fischman, G. E. (2020). Imaginando uma Educação para a Cidadania Global pós-Covid-19. *Revista Práxis Educativa*, 15(1).
- Estrela, C. (2018). *Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa*. Artes Médicas.
- França, E. F., Macedo, M. M., de França, T. R., Cossote, D. F., Gonçalves, L., dos Santos, P. A. C., & Miyake, G. M. (2022). Triagem de saúde para participação nos programas de exercício físico pós-pandemia de COVID-19: uma ação necessária e emergente ao profissional de educação física. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3.
- Grandisoli, E., Jacobi, P. R., & Marchini, S. (2020). Pesquisa: Educação, Docência e a COVID-19. *Universidade de São Paulo: Cidades Globais. Instituto de Estudos Avançados da USP*, v.1, p51-65.
- Joye, C. R., Moreira, M. M., & Rocha, S. S. D. (2020). Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(7), e521974299-e521974299.
- Liguori, E., & Winkler, C. (2020). From offline to online: Challenges and opportunities for entrepreneurship education following the COVID-19 pandemic. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 3(4), 346-351.
- Mahyoob, M. (2020). Challenges of e-Learning during the COVID-19 Pandemic Experienced by EFL Learners. *Arab World English Journal (AWEJ)*, 11(4).
- Martins, R. X. (2020). A Covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. *EmRede-Revista de Educação a Distância*, 7(1), 242-256.
- Pokhrel, S., & Chhetri, R. (2022). A literature review on impact of COVID-19 pandemic on teaching and learning. *Higher education for the future*, 8(1), 133-141.
- Santana, C. L., & Sales, K. M. B. (2020). Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia Covid-19. *Educação*, 10(1), 75-92.
- Santos, C. S. (2020). Educação escolar no contexto de pandemia. *Revista Gestão & Tecnologia*, 1(30), 44-47.
- Stein-Zamir, C., Abramson, N., Shoob, H., Libal, E., Bitan, M., Cardash, T., & Miskin, I. (2020). A large COVID-19 outbreak in a high school 10 days after schools' reopening, Israel, May 2020. *Eurosurveillance*, 25(29), 2001352.
- Tadesse, S., & Muluye, W. (2020). The impact of COVID-19 pandemic on education system in developing countries: a review. *Open Journal of Social Sciences*, 8(10), 159-170.
- Toquero, C. M. (2020). Challenges and opportunities for higher education amid the COVID-19 pandemic: The Philippine context. *Pedagogical Research*, 5(4).
- Torres, J. P., & Borges, A. A. P. (2020). Educação especial e a Covid-19: o exercício da docência via atividades remotas. *Retratos da Escola*, 14(30), 824-840.